

Copa e Olimpíadas pra quem? Uma etnografia sobre os impactos sociais e as mobilizações coletivas no processo de preparação do Rio de Janeiro como sede de megaeventos esportivos¹

Mariana Tafakgi ²

Resumo: Os impactos sociais e econômicos dos megaeventos em uma multiplicidade de dimensões do cotidiano da população têm sido tema de crescente debate pela sociedade e de investigação por pesquisadores. Muitas das consequências negativas já reveladas não representam, todavia, nenhuma novidade quando comparadas com a experiência de países que sediaram as últimas edições desses megaeventos, como a África do Sul e a Inglaterra. O contexto atual de preparação para esses megaeventos vem sinalizando a consolidação de uma nova concepção de cidade, que passa a ser vendida como uma mercadoria e administrada como uma empresa. Diante desse panorama, busco estudar as mobilizações coletivas contra as remoções de assentamentos populares, tomando como objeto de estudo o caso da Vila Autódromo. Essa localidade surgida há cerca de 40 anos e vem resistindo ao longo de duas décadas a sucessivas ameaças de remoção por parte da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, configurando um drama social que alcançou seu ápice nesse atual contexto de preparação da cidade para os megaeventos esportivos, sobretudo pelo fato de estar situado do lado à área destinada à construção do futuro Parque Olímpico, no bairro da Barra da Tijuca, a Zona Oeste da cidade.

Palavras - chave: Megaeventos; etnografia; mobilização coletiva; remoções; Vila Autódromo.

¹ Esta pesquisa busca desenvolver, uma parte do projeto de pós-doutorado da professora Leticia de Luna Freire que vem sendo realizado, com financiamento da CAPES, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFF sobre as modalidades de ação e participação social dos atores no contexto das intervenções urbanas em curso no processo de preparação da cidade do Rio de Janeiro para a realização da Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

² Graduanda em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense (Bolsista da PROPP) e pesquisadora associada ao Laboratório de Etnografia Metropolitana (LeMetro/IFCS-UFRJ).

No dia 27 de julho de 2010, o Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro veio com a seguinte publicação:

A Prefeitura do Rio lança hoje o Morar Carioca (Plano Municipal de Integração de Assentamentos Precários Informais), programa que prevê a urbanização de todas as comunidades da cidade até 2020. O plano inclui a implantação de um sistema de controle e ordenamento de ocupação e uso do solo urbano nas comunidades. Definido como um legado social dos Jogos Olímpicos de 2016 para a cidade, o Morar Carioca utiliza um novo cadastro, num total de 625 comunidades, entre 481 favelas isoladas e 144 complexos. O custo total da iniciativa é de R\$ 7.948.522.500,00.³

Ainda que a atual prefeitura tenha anteriormente anunciado entre suas metas urbanizar todas as favelas da cidade até 2020⁴, a remoção tem sido o recurso mais utilizado para as favelas que se encontram no caminho de construção da “cidade olímpica”⁵. A estimativa da ANCOP (Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa) é de que cerca de 250 mil pessoas estejam passando pelo processo de remoção no Brasil, podendo esse número ser muito maior devido à falta de transparência dos dados sobre desapropriação. Entre as diversas questões que se tornaram objeto de controvérsia no processo de preparação do país para sediar os vários megaeventos esportivos (Jogos Mundiais Militares Rio 2011, Copa das Confederações 2013, Copa do Mundo 2014 e Jogos Olímpicos Rio 2016) a remoção de assentamentos populares tem sido certamente um dos efeitos mais sensíveis deste processo, sobretudo se levarmos em conta a já complexa relação que o Estado tem mantido com as favelas da cidade ao longo de mais de um século⁶.

Os impactos sociais e econômicos dos megaeventos⁷ em uma multiplicidade de dimensões no cotidiano da população têm sido tema de crescente debate pela sociedade e de investigação por pesquisadores. Muitas das consequências negativas já reveladas (endividamento público, especulação imobiliária, deslocamentos forçados e etc.) não representam, todavia, nenhuma novidade quando comparadas com a experiência de países que

³ Disponível em: <http://doweb.rio.rj.gov.br/ler_pdf.php?edi_id=1050&page=1>.

⁴ No mais recente Plano Estratégico do Governo a meta é de “alcançar pelo menos 5% de redução de áreas ocupadas por favelas na cidade até 2016, tendo como referência o ano de 2008” (PREFEITURA DA CIDADE, 2012)

⁵ “Vamos fazer juntos a memória do Rio de hoje e a história do Rio de amanhã. A Cidade Olímpica” <http://www.cidadeolimpica.com.br/>

⁶ Lícia de Prado Valladares fez uma extensa análise sobre o programa remoção de favelas do Rio de Janeiro. Ver VALLADARES (1978)

⁷ Megaeventos são acontecimentos de curta duração, com resultados permanentes nas cidades que o sediam e estão associados à criação de infra-estrutura para o evento.

sediaram as últimas edições desses megaeventos, como a África do Sul e a Inglaterra. O contexto atual de preparação do Rio de Janeiro para recebê-los vem sinalizando a consolidação de uma nova concepção de cidade, que passa a ser vendida como uma mercadoria e administrada como uma empresa. De acordo com Carlos Vainer (2000), o novo modelo de planejamento urbano utilizado pela cidade é o modelo de Planejamento Estratégico, inspirado em conceitos e técnicas oriundas do planejamento empresarial que, segundo seus defensores, deve ser adotado pelos governos locais em razão de estarem as cidades submetidas às mesmas condições e desafios que as empresas. A competição por investimentos de capital, tecnologia e competência gerencial surge como eixo regulador dessa visão significando, de acordo com seu desempenho, maior ou menor influência no mercado global. Segundo Vainer:

Talvez esta seja, hoje, uma das idéias mais populares entre os neo-planejadores urbanos: a cidade é uma mercadoria a ser vendida, num mercado extremamente competitivo em que outras cidades também estão à venda. Isto explicaria que o chamado marketing urbano imponha-se cada vez mais como uma esfera específica e determinante do processo de planejamento e gestão de cidades. Ao mesmo tempo, aí encontraríamos as bases para entender o comportamento de muitos prefeitos, que mais parecem vendedores ambulantes que dirigentes políticos (VAINER, 2000).

Sediar um megaevento surge então como um “trunfo” nessa acirrada competição por espaço no mercado. Além de aquecer a economia, esses eventos em escala mundial trazem a oportunidade de aceleradas intervenções urbanas (recuperação de áreas degradadas, melhoria da estrutura viária e do transporte público, aumento da oferta de emprego e etc.) oferecendo assim grandes benefícios para aqueles que usufruem da cidade que foi escolhida para sediá-los, o chamado legado social. A questão principal suscitada com o anúncio e, principalmente, com a realização da Copa do Mundo nesse ano, foi qual seria esse real legado tão anunciado para a população, que manifestou a sua insatisfação com os altos custos do evento aos cofres públicos. Levando milhares de brasileiros a se perguntarem “Copa e Olimpíadas para quem e para quê?”

Diante desse panorama, busco estudar as mobilizações coletivas contra as remoções de assentamentos populares, tomando como objeto de estudo o caso da Vila Autódromo. Essa localidade surgiu há cerca de 40 anos e vem resistindo ao longo de duas décadas a sucessivas ameaças de remoção por parte da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, configurando um drama social (TURNER, 2008) que alcançou seu ápice nesse atual contexto de preparação da

cidade para os megaeventos esportivos, sobretudo pelo fato de estar situada ao lado da área destinada à construção do futuro Parque Olímpico⁸, no bairro da Barra da Tijuca, na Zona Oeste da cidade.

A Vila Autódromo

Situada entre a Lagoa de Jacarepaguá e dois eixos viários de grande circulação – as avenidas Salvador Allende e Embaixador Abelardo Bueno, a Vila Autódromo é constituída por uma população de perfil heterogêneo no que se refere à origem e renda. É importante salientar que em 1994 o Governo do Estado, sob gestão de Leonel Brizola, outorgou através da Secretaria da Habitação e Assuntos Fundiários do Rio de Janeiro 77 termos de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) do terreno de sua propriedade pelo prazo de 30 anos, consolidando o direito à moradia na localidade. No ano de 1995, o Governo do Estado requer, sem sucesso, à Prefeitura que a área regularizada seja declarada de “Especial Interesse Social” para aprovação do projeto de parcelamento e registro dos contratos administrativos conferidos aos moradores. Foi quando no ano de 1998, durante o governo de Marcello Alencar, os moradores obtiveram a renovação das Concessões de Uso, estendendo o prazo para 99 anos e outorgando mais 162 termos, alcançando o total de 247 famílias. E, finalmente, em janeiro de 2005, a área do Autódromo e seu entorno é decretada de Especial Interesse Social permitindo assim o uso residencial e comercial.

A ocupação, segundo relatos dos moradores, teve sua origem na década de 1960, quando pescadores da região se instalavam em moradias provisórias na beira da Lagoa de Jacarepaguá. No início da década de 70, a implantação do Autódromo de Jacarepaguá na área vizinha àquela ocupada pelos antigos pescadores implicou em um grande aterro, que deu origem à área hoje ocupada pelas famílias. Com a crescente expansão da malha urbana da região da Barra da Tijuca um número crescente de trabalhadores vinha se estabelecendo e construindo suas vidas no local. E se, em 1990, a Vila possuía cerca de 398 habitantes, em 2010 já apresentava 1.252 moradores, crescendo sua população em 214,6% durante 20 anos.

A Barra da Tijuca

⁸ Construído no terreno de 1,18 milhões de metros quadrados, onde antes existia o Autódromo de Jacarepaguá. De acordo com o site oficial do evento “Coração do Jogos, Parque Olímpico vai sediar 16 modalidades olímpicas e 9 paralímpicas e, após os Jogos, deixar importante benefícios” <http://www.cidadeolimpica.com.br/parque-olimpico/>

Para se ter uma noção da escala das transformações recentes na região em que o assentamento está estabelecido, segundo o Instituto Pereira Passos (IPP), a expectativa de crescimento populacional da cidade do Rio de Janeiro até 2016 é de 3,73%, enquanto na Barra da Tijuca esse número chega a 21,4%⁹. A valorização dos terrenos na Abelardo Bueno também é galopante: se o metro quadrado custava R\$ 3.800,00 no ano de 2007, hoje custa em média R\$7.500,00. É fácil antever o perfil socioeconômico dos residentes da avenida vizinha à Vila Autódromo. São aproximadamente 15 mil habitantes, divididos em 15 condomínios residenciais de classe média alta, empreendimentos imobiliários em sua maioria dotados de áreas de lazer e estrutura de transporte próprios.¹⁰

O poder público escolheu o bairro em ascensão para concentrar seus investimentos referentes às Olimpíadas. De acordo com o Dossiê Oficial de Candidatura do Rio de Janeiro à Sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos 2016, a região receberia a maior parte das instalações, dos investimentos em transportes, aumento da oferta habitacional privada e social, além da recuperação ambiental de lagoas e parques. O Estado é um, se não o mais, importante agente modelador do espaço urbano. Sua atuação promove, através de intervenções diretas e indiretas, modos de uso do meio urbano e de seus aparelhos. Na região aqui analisada sua ação foi decisiva para a orientação da expansão urbana para a Barra da Tijuca e sua consolidação enquanto bairro de classe média alta. Com o objetivo de estabelecer critérios de urbanização capazes de motivar o desenvolvimento ordenado da região, foi criado em 1969 o Plano Piloto da Barra da Tijuca e Baixada de Jacarepaguá, elaborado pelo arquiteto Lúcio Costa. Segundo Gerônimo Leitão (1999), a ocupação da Baixada de Jacarepaguá e da Barra da Tijuca, segundo os princípios e diretrizes estabelecidos por esse plano urbanístico, representa a etapa mais recente de um processo contínuo de produção de espaços residenciais seletivos, iniciado na cidade do Rio de Janeiro, na segunda metade do século XIX.

As medidas que moldam as intervenções urbanas promovidas pelo Poder Público, por mais que sejam divulgadas como políticas voltadas para o bem comum, são percebidas por

⁹ Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/o-descompasso-da-barra-da-tijuca-7345262> acessado em 27/10/2014.

¹⁰ Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/bairros/uma-cidade-dentro-do-bairro-9406728> acessado em 27/10/2014.

Leitão, e outros acadêmicos, como mecanismos de favorecimento aos grupos que manipulam as forças econômicas do Estado. Essas relações, existentes entre Poder Público e Capital Privado, são as que efetivamente coordenam os rumos da expansão urbana, onde prevalecem políticas reguladoras altamente elitistas que são nitidamente embasadas em interesses e privilégios de grupos restritos. Leitão relaciona as ações do poder público com as ações privadas, de modo que o primeiro subsidia e complementa as ações do segundo, que, por sua vez, vai determinar as intervenções do primeiro.

A construção de espaços elitizados tem como principal consequência a expulsão dos extratos sociais que já ali habitavam, porém não acompanharam o encarecimento do padrão de vida local. E essa expulsão pode ser, ou porque os antigos moradores não conseguem arcar com os custos decorrentes da valorização daquela área, e se mudam para outro local, ou porque são forçados a sair, como é o caso da Vila Autódromo.

Trajectoria de um conflito emblemático

As justificativas utilizadas pelo Poder Público Municipal, para a necessidade de remoção desse assentamento popular, se basearam nos mais diversos argumentos. A primeira tentativa ocorreu em 1993 através de uma ação civil pública movida pelo então subprefeito da Barra da Tijuca, Eduardo Paes, alegando que a Vila Autódromo causava “dano urbano, estético e ambiental”. Três anos depois a mesma é declarada “área de risco” pelo mesmo subprefeito, porém sem apresentação de nenhum laudo técnico comprovando a afirmação. A realização dos Jogos Pan-americanos suscitou um cadastramento para remoção, com o pretexto da construção da Vila Olímpica. Nesse momento, outros assentamentos foram parcialmente removidos como Arroio Pavuna e o Canal do Cortado, mas a Vila Autódromo, apoiada pelo Comitê Social do Pan¹¹, conseguiu resistir intacta. As ameaças se intensificaram a partir de 2009 quando o Rio de Janeiro foi anunciado sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. Desde então, foram apresentados mais uma variedade de argumentos por parte da Prefeitura para justificar a necessidade de remoção dessa população: poluição da lagoa de Jacarepaguá; ampliação das avenidas Salvador Allende e Embaixador Abelardo Bueno; instalação de um Centro de Mídia; incompatibilidade com a implantação do Parque Olímpico; ligação viária entre os corredores Transolímpica e Transcarioca, entre outros. E

¹¹ Movimento social apartidário, que se propõe a ser um canal de expressão da sociedade carioca frente à implementação dos jogos.

esses foram apenas alguns dos episódios de uma série de tentativas de desmantelamento da localidade que coincidiu com a rápida valorização dos terrenos na região. Todas essas justificativas foram contestadas, demonstrando a fragilidade das mesmas.

Parte dos moradores pensa que a diversidade de argumentos evocados pela Prefeitura para removê-los estampa uma “perseguição” contra os mesmos. É dispensável comentar sobre a desigualdade de forças impostas nessa contenda, sendo presumível quem seria o provável ganhador da disputa. Contudo, os moradores dispostos a resistir começam a construir instrumentos de vocalização do caso, que saindo da esfera privada, e passando para a esfera pública, teve sua expressividade potencialmente elevada. Com a ampliação da visibilidade do conflito vivido por um agrupamento, até então imperceptível, inclusive para seus vizinhos, outros atores passam a incorporar a luta mobilizando seus recursos em prol da causa.

Diante desse conflito apresentado, surgiu a proposta da criação de um Plano Popular da Vila Autódromo¹² como um desses instrumentos de legitimação da possibilidade de permanência. Esse projeto foi realizado pela AMPAVA (Associação de Moradores e Pescadores Amigos da Vila Autódromo) com a assessoria técnica do NEPLAC/ETTERN/IPPUR/UFRJ (Núcleo Experimental de Planejamento Conflitual do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro) e do NEPHU/UFF (Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense). Com o plano, os próprios moradores construíram juntos uma forma de planejamento alternativo, considerando suas demandas e garantindo o acesso à serviços públicos que foram negligenciadas durante toda sua existência.

O Plano afirma a existência da comunidade, e o direito de continuar existindo, com condições adequadas de urbanização e serviços públicos: O direito ao desenvolvimento urbano, econômico, social e cultural”(AMPAVA, 2012).

O Plano Popular seria, principalmente, uma alternativa ao plano de remoção apresentado pela Prefeitura do Rio de Janeiro que, através da Secretaria Municipal de Habitação (SMH), oferece como opção de reassentamento das famílias em um conjunto residencial chamado Parque Carioca, composto por 900 unidades habitacionais distribuídas

¹² Disponível em: <<http://comitepopulario.files.wordpress.com/2012/08/planopopularvilaaautodromo.pdf>>.

por 5 prédios, construído com recursos do programa Minha Casa, Minha Vida do Governo Federal.

Em 16 de agosto de 2012, o Plano Popular da Vila Autódromo foi apresentado ao prefeito Eduardo Paes, que prometeu emitir uma resposta em um prazo de 45 dias. No entanto os moradores, até o presente momento, não receberam qualquer tipo de retorno do Plano. Exceto o reconhecimento internacional obtido no prêmio *Urban Age Award Rio 2013*¹³, o Plano Popular da Vila Autódromo foi contemplado com o prêmio de 80.000 dólares utilizados para a construção de uma creche na localidade, já planejada e em processo de construção. Essa iniciativa inspirou outros assentamentos populares que estão passando por situações análogas, como o caso da Favela da Paz, que a partir da experiência da Vila Autódromo criou o Plano Popular Alternativo para a comunidade da Paz¹⁴. De acordo com Vainer e outros autores que participaram do Plano Popular:

Neste processo, não se trata, como está na moda difundida pelas agências multilaterais, de prevenir e mediar conflitos; ao contrário, parte-se do reconhecimento de que a conflituosidade urbana opera como mecanismo e processo virtuoso, que explora ao limite a capacidade criativa das camadas subalternas e as possibilidades de ações e concepções contra-hegemônicas. Outrossim, o planejamento conflitual aposta na capacidade dos processos conflituosos de constituírem sujeitos coletivos aptos a ocuparem, de forma autônoma, a cena pública. O direito à cidade, nessa perspectiva, se afirma como direito a pensar e lutar por uma cidade diferente, cujos destinos sejam definidos por outros que não aqueles que fazem da cidade um grande negócio (VAINER, et al. 2013).

Esse processo de planejamento alternativo, que advém de baixo, da própria população, representa o desejo de ampliação da participação popular nas decisões da política habitacional imposta pelo Governo, e não só o desejo, e sim, a efetiva mobilização coletiva com o objetivo de criar soluções para as demandas daquele grupo, que não foram e não são atendidas pelo Estado. Vale ressaltar que os serviços básicos de infraestrutura urbana foram conquistas da associação de moradores. E ainda, outras melhorias das condições de vida no local foram obtidas através, literalmente, da força popular que construiu um ponto de ônibus no local e a praça com parquinho para as crianças, por exemplo. Ou seja, temos um Poder Público que durante toda a existência da Vila Autódromo, sempre ignorou as necessidades de

¹³ Promovido e organizado pelo Deutsche Bank no dia 3 de no Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), no Rio de Janeiro.

¹⁴ Essa versão paulistana foi coordenada pelo movimento Comunidades Unidas de Itaquera, com assessoria técnica do Instituto Polis e da ONG Peabriu Trabalhos Comunitários e Ambientais, com apoio do Comitê Popular da Copa de São Paulo.

infra-estrutura urbana da mesma, somente intervindo na área para propor uma melhor qualidade de vida através da proposta de reassentamento no conjunto habitacional. O fato é que grande parte dessas pessoas acredita que a qualidade de vida está em morar na Vila Autódromo, exemplificado em falas como: “sonho é eu ficar lá, quem disse pro senhor (agente da Prefeitura) que o meu sonho é sair?” ou “o sonho de consumo nosso é a urbanização, a permanência, legalizar e deixar a gente ficar, deixar a gente viver em paz”. E, mais do que isso, criam condições para a permanência através da proposta de urbanização. Assim, caso o Governo realmente esteja interessado em promover o bem-estar dessa população cumpriria seus desejos.

Na ocasião de uma audiência no dia 16 de agosto de 2012, foi proposta ao Prefeito a constituição de um Grupo de Trabalho Técnico-Profissional, com representantes de entidades idôneas comprometidas com questões relativas ao desenvolvimento urbano e social para que elaborasse laudo técnico, avaliando os planos do município e da AMPAVA. E assim, emitir um parecer acerca de qual o projeto mais indicado. De acordo com o resultado desse Parecer, os impactos negativos nos âmbitos sociocultural e econômico - esse último em termos de renda de famílias, bem com o os custos financeiros para a implementação do projeto habitacional - superam os da proposta de permanência das famílias, com a urbanização. Se constituindo assim como mais um instrumento de legitimidade através do “saber técnico”, da luta pela permanência e indicando meios para a compatibilização da realização dos Jogos Olímpicos e o respeito ao direito constitucional à moradia adequada, assim como à função social da propriedade e da cidade. E ainda complementa:

Diante dos argumentos constantes no presente documento, consideramos não haver qualquer justificativa jurídica, urbanística ou ambiental procedente para a remoção de toda a área ocupada pela Vila Autódromo. A vacilante retórica dos motivos da Prefeitura Municipal visa encobrir, na realidade, motivações de ordem econômica atendendo às exigências das grandes construtoras no processo de acelerada valorização imobiliária, buscando eliminar as vizinhanças indesejáveis, reorientar o padrão de moradia local e redefinir a estética habitacional e urbanística da região (GTAPM, 2013).

A etnografia desse conflito permitiu identificar os muitos atores desse drama, que podem ser classificados entre os “de dentro” (moradores) e os “de fora” (funcionários da Prefeitura, Defensores Públicos, acadêmicos, agentes midiáticos, integrantes de movimentos sociais e etc.). Essas duas grandes categorias são distinguidas pelos próprios moradores e percebidas por todos os atores envolvidos. Os moradores observados utilizam todo o tempo o termo *comunidade* para designar a si mesmos, sendo a comunidade uma experiência de

igualdade, onde todos esses compartilhariam, real ou imaginariamente dos mesmos problemas. E seria por isso que só reconhecem como membros plenos aqueles que compartilham dessa condição comum. Existe uma adesão à luta de resistência, por parte dessas pessoas “de fora” que, entretanto, nunca substituiria a vivência da condição partilhada pelos “de dentro”. Dentre esses “de dentro” destacam-se dois grandes grupos: os que ficaram e os que saíram do local. No primeiro grupo, dos que ficaram, vários subgrupos foram constatados: moradores que querem resistir no local até o final; os que ainda estão resistindo às pressões da Prefeitura, mas estão com medo do que “está por vir”; aqueles que ainda não foram contatados, diretamente, por algum agente da Prefeitura; e outros estão esperando que a oferta da Prefeitura fique boa o suficiente para que valha a pena sair da casa (via indenização ou mais unidades habitacionais no conjunto). No segundo grupo estão incluídos aqueles que enxergaram no Parque Carioca a oportunidade da casa própria (com todas as garantias da sua legalidade); estão os que vêem nos apartamentos condições melhores de moradia do que as possíveis na Vila Autódromo; alguns enxergam na remoção a oportunidade de transição da condição marginalizante de favelado para a condição de morador de condomínio; e ainda os que alegaram que foram para o condomínio devido à pressão da Prefeitura para deixarem suas casas. Obviamente esses grupos aqui qualificados, não são homogêneos e apresentam outras possibilidades de agência. A distinção é feita apenas para explicitar as múltiplas probabilidades existentes das ações exercidas por esses indivíduos.

Os atores externos são muitos, e apesar de alguns serem “fixos”, como alguns Defensores Públicos e alguns aliados de luta – o Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas¹⁵ por exemplo –, há também uma grande circulação de atores como pesquisadores ou agentes midiáticos que ficam apenas temporariamente acompanhando o caso. É importante salientar o papel desses atores externos, pois são muito influentes no discurso que é produzido e reproduzido dentro da *comunidade*. Todos os relatos que foram feitos pelos moradores sobre a resistência da Vila Autódromo apontam para o papel fundamental dessas interferências externas, dotadas do saber técnico, legitimado pelo diploma, e sem esse apoio a campanha de permanência “não teria chegado onde chegou”.

¹⁵ Conjunto de organizações e lideranças populares que vem discutindo estratégias para enfrentar o modelo excludente de política urbana implementada no Rio de Janeiro, motivada pela construção de imagem de cidade global para os chamados Megaeventos Esportivos. Ver: (<https://comitepopulario.wordpress.com>)

A partir do discurso dos moradores podem-se perceber as estratégias por parte dos agentes públicos de persuasão das famílias para aceitarem o deslocamento para o conjunto Parque Carioca. Segundo a fala de uma moradora, a localidade está sitiada: “Sitiados em todos os sentidos: geograficamente, economicamente e psicologicamente”. A palavra “pressão” apareceu majoritariamente nos depoimentos ouvidos. Essas pessoas enxergam a pressão de várias formas, desde a desestruturação das condições de moradia no local, como a demolição das casas vendidas, deixando os escombros no local; no desmantelamento da estrutura mínima como água, luz e coleta de lixo; no impacto das demolições na estrutura das casas dos que resistem; encolhimento da via principal para a passagem de caminhões; derrubada de árvores e etc. Como relatou uma moradora “O pouco que nós conseguimos aqui de qualidade de vida nós já perdemos, porque ela (a Prefeitura) inviabilizou as ruas que construímos, tirou as árvores, tem o barulho e essa perseguição que não é escrita e não é dita, mas é sentida o tempo inteiro.” E, como foi dito, existe também a pressão psicológica provocada pela desestruturação emocional das pessoas que estão resistindo através da presença diária de agentes da Prefeitura no local tentando convencer os resistentes a negociarem suas casas com a Prefeitura, “só aqui na Vila Autódromo é que temos que trabalhar até 18h30min da tarde, em nenhuma comunidade mandam a gente ficar por tanto tempo rondando” disse uma dessas agentes; a transmissão de informações falsas por parte dos agentes da Prefeitura “se não sair agora depois vai ficar sem nada” ou “do que adianta consertar (sobre cano de água quebrado devido a demolição) se não vai sobrar nada mesmo?”

Assim como, do outro lado, se multiplicam as estratégias de resistência e mobilização, por parte da Associação de Moradores, das famílias para lutarem pelo atendimento de suas demandas e o cumprimento de seus direitos “porque a gente é uma comunidade, que não entende muito de leis, mas a gente não precisa entender de leis para entender dos nossos direitos”, disse uma moradora. Pois até aqueles que “entendem da lei” estão se manifestando a favor dos direitos desses cidadãos. Recentemente, a título de exemplo, o Promotor da Justiça Leonardo de Souza Chaves, do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, emitiu um Parecer que defende o direito à moradia na Vila Autódromo¹⁶. Para se construir essa resistência, dos que queriam permanecer em suas casas, foi necessário fortalecer as relações interpessoais já existentes, criar novas relações com agentes externos e a partir dessas relações

¹⁶ Disponível em: <<http://www.forumjustica.com.br/wp-content/uploads/2014/07/parecer-do-MP-recursos-de-apela%C3%A7%C3%A3o-1.pdf>> acessado em: 02/11/2014>.

construir um discurso que sustenta os argumentos a favor da resistência. O grupo está todo o tempo se mobilizando para manifestar sua insatisfação com o do Poder Público. Suas lideranças permanecem atuando em todas as frentes possíveis, seja no campo jurídico - junto à Defensoria Pública, seja na promoção de articulações políticas com outros movimentos sociais em luta contra as remoções ou por meio da exposição do caso na mídia.

Os impactos sociais causados pelo processo de remoção parecem ser desconsiderados no Plano da Prefeitura, que aparenta tratar esses indivíduos como coisas a serem remanejadas e não sujeitos dotados de direitos. Como desdobramento principal desse conflito temos o desmantelamento de diversas relações existentes na localidade: com a casa, de familiaridade, amizade e vizinhança. Foram expostos casos em que uma parte da família ficou na Vila e outra saiu para o condomínio, ou que somente um dos integrantes da família quis sair, se separando dos demais. Relações de amizade são rompidas com as mudanças, e na fala das crianças é muito presente a justificativa da vontade de ir ou ficar depender da escolha de seus amigos “eu quero ir pro condomínio porque meus amigos foram” ou “eu quero ficar porque meus amigos estão todos aqui” ou ainda casos de conflitos entre vizinhos, que até então, mantinham uma relação de cumplicidade e que, ao passarem por uma situação de tensão desse porte, aparecem as divergências de interesses suscitadas até mesmo pelos próprios agentes da Prefeitura, como foi relatado: “nós só poderemos derrubar sua casa se você convencer seu vizinho a sair também, pois não dá para derrubar uma só”. Esse tipo de desmantelamento de relações é atribuído, pelos moradores, à Prefeitura do Rio de Janeiro que faz dessa uma estratégia de enfraquecimento da luta, algo que esses moradores chamam de “jogar um contra o outro”.

A consequência principal desse enfraquecimento das relações é a “divisão da comunidade em duas”, entre os que querem permanecer e os que se mudaram, a complexa decisão entre “ficar significa uma luta e sair uma derrota”, de acordo com a diretora da associação de moradores. Alguns integrantes da resistência alegam que aqueles estariam negociando com a Prefeitura e “estão vendendo a luta de tantos anos”; enquanto estes contestam que o vizinho que resiste está impedindo sua mudança.

A remoção também provoca impactos econômicos nesse agrupamento. A mudança para o Parque Carioca carrega consigo a necessidade de arcar com as despesas de um imóvel

legal, como o IPTU¹⁷, as contas da energia elétrica, água, condomínio, limpeza urbana e outras taxas, antes inexistentes para a maioria e que, geralmente, junto com a proximidade dos aparelhos urbanos, são os motivos que levaram as famílias à construírem suas casas na Vila Autódromo, por não terem condições de sustentar todas as despesas de uma moradia no mercado formal. Além do mais, mudar-se de uma “casa de comunidade” para um conjunto de apartamentos não é um processo simples nem de fácil adaptação. Várias questões surgem com essa nova forma de habitar no condomínio, questões que não são tão simples quanto a proposta de reassentamento propõe.

A “casa” aparece como um dos argumentos mais utilizados pelos moradores que desejam permanecer. Acreditam que a mudança provocará a perda da identidade da casa e de sua memória com o lugar: “eu tenho espaço pra dar aula de catequese, dar meu churrasco no fim de semana... construí isso tudo do meu jeito e está tudo quitado... vou trocar por um apartamento? ”; “eu tenho pé de cacau na minha casa, me diz como eu vou ter um pé de cacau lá? (...) não entendo quem troca um quintal desse, por um apartamentinho”; “minha casa é pequena, simples, mas é a minha casa que eu conquistei. Lutei tanto para sair de um barraco de madeira!”

Além disso ainda existem os impactos sobre as outras formas de uso do local, que não de habitação. O projeto de reassentamento não prevê nenhuma solução para os cerca de 24 estabelecimentos comerciais e religiosos. Importantes vínculos foram traçados nesses locais, que perderiam seus espaços de reunião. Inclusive uma das igrejas locais é sempre citada como importante agente na mobilização desses moradores, com o Padre como importante moderador que cede o espaço para a realização das constantes reuniões e assembléias. E quanto aos estabelecimentos comerciais é dispensável falar sobre os prejuízos inestimáveis tanto na perda do seu ambiente de trabalho, quanto de sua clientela.

Vila Autódromo como símbolo de resistência

A Vila Autódromo adquiriu posição de destaque no contexto do surgimento de novas e variadas formas de resistência e mobilizações coletivas. É reconhecida como um exemplo a

¹⁷ Alguns moradores pagam IPTU, outros pagam a luz, mas as condições variam.

ser seguido por vários outros assentamentos ameaçados de remoção¹⁸, e repetidas vezes exaltada internacionalmente como símbolo de resistência às remoções forçadas. E mais do que isso, é símbolo de resistência à associação do Estado ao Capital Privado na construção de um projeto de cidade-mercadoria que beneficia uma pequena, mas poderosa, parte da população. E, em meio a essa luta desigual de forças, não se restringiu aos espaços manipulados de participação e negociação popular e conseguiu um debate direto com o Poder Público passando de “marcada para morrer“ para “marcada para viver”. Enquanto esses moradores resistem, apontam para a esperança de uma retomada do espaço público cedido ao poder privado, para a erradicação das políticas de “limpeza urbana” e quem sabe até para transformação desse modelo hegemônico de concepção de cidade.

¹⁸ Ver o caso da Vila União de Curicica.

Referências:

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E PESCADORES DA VILA AUTÓDROMO (AMPAVA). Plano Popular da Vila Autódromo. Plano de Desenvolvimento Urbano, Econômico, Social e Cultural. 2012.

BRASIL. Dossiê de candidatura do Rio de Janeiro à sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, 2009.

COMITÊ POPULAR DA COPA E DAS OLIMPÍADAS DO RIO. Dossiê Megaeventos e violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro, 2012.

GRUPO DE TRABALHO ACADÊMICO PROFISSIONAL MULTIDISCIPLINAR (GTAPM). Parecer sobre as propostas de urbanização da Associação de Moradores da Vila Autódromo e de reassentamento da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro para os moradores da Vila Autódromo, 2013.

FREIRE, Leticia de Luna. Mobilizações coletivas em contexto da realização de megaeventos esportivos no Rio de Janeiro. **Revista O Social em questão**, Ano 16, n. 29 – 1, 2013.

LEITÃO, Gerônimo. **A construção do Eldorado urbano: o Plano Piloto da Barra da Tijuca e Baixada de Jacarepaguá – 1970/1988**. Niterói, EdUFF, 1999.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, Plano Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro (2013-2016), Rio de Janeiro, 2012.

TURNER, Victor W. **Dramas, Campos e Metáforas: Ação simbólica na sociedade humana**. Niterói: EDUFF, 2008.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. Disponível em: <<http://labcs.ufsc.br/files/2011/12/16.-VAINER-C.B.-P%C3%A1tria-empresa-e-mercadoria.pdf> acessado em: 02/11/2014>.

_____; BIENENSTEIN, Regina; TANAKA, Giselle; OLIVEIRA, Fabricio; LOBINO, Camilla. O Plano Popular da Vila Autódromo, uma experiência de planejamento conflitual. in: **revistas anais encontros nacionais da anpur**, v. 15, 2013.

VALLADARES, Licia do Prado. **Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.